

INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS - A REALIDADE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL NO A.E.E. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: REVISÃO INTEGRATIVA

EDUCATIONAL INSTITUTIONS - THE REALITY OF INCLUSIVE EDUCATION IN
BRAZIL IN A.E.E. SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICE: INTEGRATIVE REVIEW

Ana Paula Chaves Messias¹

Paulo Cezar Mendes²

RESUMO: Este artigo de revisão integrativa procura discutir a Educação Especial e Inclusiva no Brasil, conhecendo a diversidade presente no cenário nacional educacional, através desta integração, revela-se em uma temática importante a ser discutida nas Políticas Públicas nacionais. Considera aspectos relativos ao desenvolvimento e a aprendizagem da pessoa com deficiência PcD, implica em pensarmos nos recursos que serão necessários para uma educação de qualidade. Envolve desde a formação de professores até mesmo a preparação do espaço físico, para se pensar na realização do trabalho nas instituições educacionais de acordo com as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Básica Nacional. O intuito deste trabalho é trazer outras realidades educacionais de outras regiões brasileiras, evidenciar aspectos importantes da rotina vivenciada, aspectos importantes quando se trata de Educação Inclusiva, a partir de uma pesquisa de artigos de outros autores, que evidencia como o Atendimento Educacional Especializado é trabalhado e pode contribuir para uma educação de qualidade a partir de um trabalho que considere as especificidades de cada aluno. Sendo assim, aborda sobre o cenário da Educação Inclusiva no Brasil e relata alguns comentários dos artigos acerca da temática para conseguir com êxito, mostrar a realidade no contexto político e educacional.

1039

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Cenário. Atendimento Especializado.

ABSTRACT: This integrative review article seeks to discuss Special and Inclusive Education in Brazil, knowing the diversity present in the national educational scenario, through this integration, it reveals itself in an important theme to be discussed in national Public Policies. It considers aspects related to the development and learning of the person with a PwD disability, it implies thinking about the resources that will be necessary for a quality education. It involves everything from teacher training to even preparing the physical space, to thinking about carrying out the work in educational institutions in accordance with the Laws of Guidelines and Bases of National Basic Education. The purpose of this work is to bring other educational realities from other Brazilian regions, highlight important aspects of the routine experienced, important aspects when it comes to Inclusive Education, based on a research of articles by other authors, which shows how the Specialized Educational Service is worked and can contribute to quality education based on work that considers the specificities of each student. Therefore, it addresses the scenario of inclusive education in Brazil and reports some comments on the articles on the subject to successfully show the reality in the political and educational context.

Keywords: Education. Inclusion. Scenario. Specialized Car.

¹Pedagoga UNIFRAN Universidade de Franca, Psicopedagoga Institucional e Clínica UNIPAC Universidade Presidente Antônio Carlos, Educação Especial e Inclusiva UNISANTA Universidade Santa Cecília. Mestranda Universidade Federal de Uberlândia-UFU PPGSAT- Programa de Pós-graduação Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador.

²Professor Doutor. Geógrafo, Universidade Federal de Uberlândia-UFU, PPGSAT- Programa de Pós-graduação Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador.

INTRODUÇÃO

Este trabalho destaca a realidade e a importância do Atendimento Educacional Especializado (A.E.E.), dentro da instituição educacional para o desenvolvimento cognitivo dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades e para estimular a autonomia e independência de acordo com suas limitações e comorbidades, este artigo também ajudará os profissionais que trabalham com este público nas instituições educacionais, pois o estudo apresenta artigos importantes na temática do A.E.E. Atendimento Educacional Especializado.

A Educação Inclusiva atenta se a diversidade humana e deve incluir todos na educação, seja qual for à etapa de ensino, independente da faixa etária, da raça, cultura ou condições sociais, une a educação comum com a educação inclusiva, possibilitando que a pessoa com necessidade especial de ensino e aprendizagem, esteja inserida no ambiente escolar regular de forma que a estrutura, os profissionais e os materiais pedagógicos sejam preparados para um público com diversidades.

A Educação Especial vem atender aos critérios das condições especiais de cada indivíduo seja ele com deficiência ou não, promovendo aprendizagem e desenvolvimento para todos.

Nesse sentido, este artigo busca fazer uma reflexão sobre a transformação conceitual sobre este tema e as ações do sistema educacional diante da inclusão, com intuito de verificar a realidade da educação inclusiva favorecendo o desenvolvimento, para melhoria da vida pessoal e para interação com a sociedade. Promoverá uma forma de reflexão e análise sobre a transformação conceitual da inclusão e do sistema educacional que está na L.D.B. Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira e no Plano Nacional da Educação P.N.E., esclarecer sobre o trabalho realizado no AEE e contextualizar com as políticas públicas requerem mudanças sociais, econômicas, contribuindo para a promoção da educação inclusiva, que está descrito na lei e o que é na realidade e como seria as práticas das ações e o que será de fato realizado de acordo com que é oferecido, considerando os aspectos estruturais, pedagógicos, profissionais e o mais importante o bem estar para todas as partes envolvidas.

De acordo com a lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional L.D.B., no Art. 58. Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede comum de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

O atendimento educacional especializado em instituições públicas e privadas é inserido de forma a complementar ao trabalho pedagógico, no estado de Minas Gerais, além do professor regente de aula ou regente de turma, um professor de apoio que tenha a formação em Licenciatura de Educação Especial e Inclusiva ou especialização em Psicopedagogia Institucional ou Clínica. Conforme resolução da Superintendência Regional Educacional em Minas Gerais, esse profissional acompanhará de 1 a 3 estudantes, dependendo a deficiência, transtorno ou síndrome, a disponibilização do profissional será de acordo com laudo médico e outras observações e queixas pedagógicas informadas do estudante. Não é recente a necessidade de se pensar em um trabalho junto às especificidades de cada aluno, apesar das normativas e leis que buscam garantir uma educação com equidade, é preciso considerar que tanto os recursos estruturais, pedagógicos e os recursos humanos, que sejam aprimorados, valorizados para que os objetivos sejam alcançados. As instituições educacionais públicas e privadas, ainda buscam organizar-se, no que se refere à acessibilidade e adequação dos materiais pedagógicos, para que se possam ter profissionais qualificados em atender a demanda, estes são desafios que permeiam este cenário de Educação Inclusiva.

A atenção com Atendimento Educacional Especializado ao aluno com Transtorno Globais do Desenvolvimento T.G.D., com altas habilidades ou superdotação, em acordo com a 1041 Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, com acesso gratuito a todas as etapas e modalidades de ensino, da educação básica a educação superior, preferencialmente na rede regular de ensino, ainda é um desafio. Adequar e organizar todos os serviços públicos, valorizar financeiramente os profissionais da educação e da saúde, oferecer acessibilidade e reduzir outros problemas sociais, direcionar famílias que precisam de apoio e orientações sociais, psicológicas, que apresentam comportamentos, ideias e sentimentos diferentes, muitas vezes não expressados

Vivemos em uma sociedade, que vem se preparando para lidar com essas adversidades, lidar com este público que lutam por aceitação, igualdades e qualidade de vida e precisam de políticas públicas que apoiam junto às famílias das pessoas com deficiência, ações que favoreçam o desenvolvimento para sobrevivência destas pessoas.

Para garantir a inclusão da pessoa com deficiência o congresso nacional sancionou a Lei nº 13.146, de seis de julho de 2015 Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Na rotina pedagógica, muitos profissionais da educação, encontram barreiras físicas para realização do trabalho por questões de liberação de verbas públicas, licitações e orçamentos. Os equipamentos especializados necessários e os materiais pedagógicos são liberados e as reformas arquitetônicas demoram, pois existem processos de compras licitatórios para aprovação e prejudicam o trabalho pedagógico, onde o profissional utiliza alternativas adaptadas e acessíveis para realizar o trabalho.

Por vezes os desafios tornam-se maiores do que as facilidades, fragilizando o trabalho de profissionais que não encontram o suporte necessário para realizar um trabalho de qualidade, porque se deparam com dificuldades inúmeras que afetam o ensino e aprendizagem: a estrutura da instituição que passa por adaptações, que por muitas vezes não são concluídas, o material pedagógico restrito, a dificuldade de acessar as tecnologias assistivas de informações e comunicações, entre outros fatores. Mas é preciso analisar as condições individualmente, a realidade da comunidade em torno da instituição de ensino, verificar as condições socioeconômicas, condições de trabalho, a falta de investimento pedagógico, aperfeiçoamento profissional e valorização salarial, que interferem e prejudicam a melhor atuação da rotina escolar. Percebe-se ainda uma falta de investimento público em salários melhores, ações que valorizem o trabalhador e preocupem com a saúde mental.

1042

Experiências de vida que possibilitam um educar a si mesmo, uma visão de mundo, que em se tratando de inclusão, serão muitas vezes momentos vivenciados que irão evidenciar sentimentos, contatos e trocas sociais e afetivas.

Sendo assim, neste estudo alguns autores falam sobre a inclusão com o intuito de ajudar na rotina dos pais e responsáveis e nos desafios encontrados no cotidiano escolar quanto na vida pessoal, desenvolvendo outras habilidades sociais de convivência. Analisar a realidade na educação inclusiva e saber da sua importância no desenvolvimento cognitivo e os benefícios que podem trazer para estes indivíduos com alguma deficiência, nos obstáculos que são encontrados realizar propostas de melhorias, favorecendo os educadores, as famílias e principalmente os estudantes da Educação Especial.

OBJETIVO

Buscar essa temática de Educação Especial e Inclusiva nos artigos publicados em nível nacional sobre o Atendimento Educacional especializado em todas as fases da educação

brasileira. Observando as configurações que a inclusão assume no contexto das instituições educacionais.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste artigo, foi adotada a pesquisa por levantamentos de dados de estudos de artigos, para revisão integrativa, que tem como tema principal o Atendimento Educacional Especializado A.E.E.

A busca foi realizadas em sites acadêmicos nas seguintes bases de dados: Scielo Brasil, Google Acadêmico Scholar, Revista Periódica UNESP Universidade de São Paulo, Questio Revista de Estudos em Educação, Revista Educação Especial, Revista Educação Pública.

RESULTADOS

Base de Dados	Autores	Título Artigo/Publicação	Objetivos	Método	Resultados
Revista de Educação Especial, Universidade Federal de Santa Maria	Alexandra Ayach ANACH C Sabrina Stella Maris ROVETTO Regiane Alves de OLIVEIRA	Desafios da implantação do atendimento educacional especializado no Ensino Superior. Publicação: 02/06/2014	Analisar o processo de implantação do Atendimento Educacional Especializado A.E.E., com observância às configurações que ele assumiu no contexto institucional.	Pesquisa retrospectiva, descritiva e documentada sobre a experiênciad o processo de implantação do A.E.E. na Universidad e.	Demonstra a realidade do A.E.E. no ensino superior, elaborar e programar políticas públicas, projetos de formação de professores, contratação de profissionais habilitados para o público PcD, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Altas Habilidades e Superdotação
UECE	Wellyna Gonçalves JUCÁ	Desmistificação do atendimento educacional	Desmitificar o Atendimento Educacional	Pesquisa documental e bibliográfica	Esclarece a importância do trabalho

Universidade Estadual do Ceará	Cecília Rosa LACERDA	especializado da escola comum. Publicação: 28/09/2022	Especializado A.E.E., contextualizar nas políticas públicas, apresentar os equívocos em relação as ações do AEE e identificar as atribuições do trabalho docente nas salas de AEE.		no atendimento A.E.E. com ênfase nas políticas públicas e no histórico da Educação Especial com as legislações legais, contribui na promoção da educação inclusiva.
Revista online de Política e Gestão Educacional, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras	Mariangela Lima de ALMEIDA Josiane Beltrame MILANEZI Elnicéia Gonçalves MENDES	A produção do conhecimento sobre atendimento educacional especializado: um estudo comparado nacional. Publicação: 30/01/2018	Busca estabelecer o diálogo com o outro – com gestores e professores das redes municipais de ensino sobre o A.E.E.	Análise duas pesquisas colaborativas que versaram sobre as políticas escolarização para os alunos da educação Especial	Aposta no diálogo de diferentes atores nos contextos locais de ensino de diferentes municípios brasileiros.
Revista Educação Pública	José Clécio Silva SOUZA Décio Oliveira dos SANTOS	Inclusão: desafios do atendimento educacional especializado. Publicação: 21/12/2021	Promover uma reflexão sobre a trajetória e o processo da inclusão para PcD no decorrer da história da humanidade	Pesquisa Bibliográfica e reflexiva	Aponta os desafios da inclusão nas instituições de ensino.
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da	Roberta Rodrigues SALVINI, et. al.	Avaliação do Impacto do Atendimento Educacional Especializado (AEE) sobre a Defasagem Escolar dos	Analisar a influência das políticas públicas voltadas à inclusão escolar.	Análise empírica, o método Propensity Score Matching PSM, que utiliza a	Mesmo com os desafios enfrentados, pelos estudantes e professores mostra eficiência na

Universidade de São Paulo (FEA-USP)		Alunos da Educação Especial. Publicação: 10/10/2019		probabilidade e condicional de participar do programa AEE.	aprendizagem e inclusão, houve impacto positivo.
Revista Educação Artes e Inclusão	Osni Oliveira Noberto da SILVA	Percepção dos professores de atendimento educacional especializado sobre as condições físicas e materiais das Salas de Recursos Multifuncionais . Publicação: 06/03/2022	Analisar a percepção de professores da SRM de educação fundamental da rede regular pública municipal de Salvador-BA sobre o impacto do AEE no desenvolvimento humano	Estudo de caso, fundamentado em pesquisa bibliográfica e documental	Análise dos professores que trabalham no AEE, considerando como bom, regular ou ruim, os aspectos de estruturas arquitetônicas, ambientes, materiais e tecnologias assistivas.
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Institutos de Estudos em Saúde Coletiva (Iesc) – Rio de Janeiro Revista Saúde Debate	Adriana Marques dos SANTOS Laia Franco Gabriel Eduardo SCHUTZ	Sistema educacional inclusivo constitucional e o atendimento educacional especializado. Publicação: 13/12/2019	Estudo sobre o direito constitucional à educação inclusiva.	Pesquisa Bibliográfica	A análise da legislação pertinente ao tema mostrou que o sistema educacional inclusivo constitucional, no Brasil, não prevê a existência de ambientes segregados nem de salas especiais.
Revista Cocar	Tania Mara Zancanaro PIECZKOWSKI, et. al.	O Atendimento Educacional Especializado (A.E.E.): Publicações da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.	Identificar como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é avaliado nas pesquisas publicadas nas edições da Associação	Publicações sobre o tema no site da ANPED e a análise dos resultados dos estudos.	Identificar como o AEE é avaliado nas pesquisas publicadas nas edições da Associação Nacional de Pós-Graduação e

		Publicação: 03/02/2023	Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) 2009-2019.		Pesquisa em Educação.
--	--	---------------------------	--	--	--------------------------

DISCUSSÃO

Através da busca eletrônica podemos identificar mais de 50 artigos seguindo está temática dentro das etapas da educação básica, infantil, fundamental e ensino médio, abordando também essa realidade na educação superior em instituições públicas e privadas de regiões nacionais diferentes.

Referente às publicações dos anos de 2009 a 2023, algumas revistas e universidades abordam este assunto como: Revista Brasileira de Educação Básica, Revista de Educação Especial, Revista de Gestão Pública, Universidade Federal de Pelotás, Instituto Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Ceará, Uni Carioca, Universidade Metodista de São Paulo entre outros.

Foram selecionados artigos mais atuais publicados em revistas que seguem a linha de 1046
pesquisa em Política e Gestão Educacional, Estudos em Educação, Educação Especial e Seminário Nacional de Pesquisa e Educação

Através do estudo nota-se pessoas com deficiência que residem em países em desenvolvimento enfrentam mais desafios para o desenvolvimento cognitivo e motor, dificuldades no acesso à cultura, lazer, educação e ao mercado de trabalho, pois ainda falta inclusão nos meios de trabalho. Conforme pesquisa do IBGE em setembro 2022, esse público pertence a uma camada da população com poder aquisitivo baixo e são atendidos na sua maioria, nas instituições educacionais públicas.

Foi através dos movimentos sociais e das discussões para uma legislação que atenda os direitos humanos que a história da deficiência no Brasil aconteceu, garantindo a permanência do acesso das pessoas com deficiência na educação inclusiva e em todas as etapas de ensino, como acesso à educação profissional e ensino superior. Este é um avanço de uma luta, que iniciou em meados de 1960, no movimento mundial para normalização e adequação para as pessoas deficientes integrando-as na sociedade (Saraiva, 1996).

A luta pela equidade é permanente, seja para estudantes regulares ou com deficiência, desde para uma estrutura institucional com acessibilidade Lei 10.098 do ano 2000, que estabelece

normas e critérios para promoção da acessibilidade até ao acesso a matrícula que não deve ser negado, mas as condições internas devem ser revistas, desde o recurso humano e todos os recursos como materiais pedagógicos, técnicas assistivas, intervenções pedagógicas, que irão interferir no desenvolvimento contínuo do aluno.

As instituições de cursos superiores com formações para professores promovem uma formação diversificada, com uma visão ampla, que atende uma sociedade multicultural em um mesmo ambiente, que estão diretamente ligadas com a sociedade pós-moderna e com diferentes posições sociais, opiniões e heterogeneidade de acordo com o desenvolvimento humano. Atua com diferentes conhecimentos e inteligências múltiplas, preparando profissionais para uma realidade de diversidades, por meio do estágio em campo, vivenciando a realidade.

É importante estabelecer parcerias que irão promover facilidades na rotina diária e o sucesso da inclusão, é necessário que o estudante e a família tenham o suporte necessário para viabilizar aspectos inclusivos junto à pessoa com deficiência.

Os desafios resolvidos nas ações para a realização da inclusão de forma interativa é responsabilidade da sociedade, sendo necessário o envolvimento das ações de políticas públicas para que todas as intervenções estejam de acordo com o Plano Nacional da Educação P.N.E., Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira e Lei Brasileira de Inclusão. A prática avaliativa precisa ser capaz de ir além de avaliar a aprendizagem, mas entender o valor individual de cada aluno, propiciando o crescimento como indivíduo e como integrante de uma sociedade, fato que também é relevante na educação, valorizando as inteligências múltiplas e as habilidades em determinado segmento.

O processo social de inclusão evidencia a teoria de Lev Semenovitch Vygotsky (1896-1934), para que aconteça o desenvolvimento é necessário interatividade, a relação que cada pessoa estabelece com determinado ambiente, a teoria sócia interacionista, comprova que o ser precisa estar com outros, é necessário que o homem relacione com o seu ambiente, sendo um ser com limitações ou não, ele se forma e se desenvolve cognitivamente, adquirindo contato social, relacionamento interpessoal.

A Educação Especial se concretiza por meio do serviço de A.E.E. Atendimento Educacional Especializado, portanto não é compreendida como uma etapa de ensino trata-se de uma modalidade de ensino para estimular o desenvolvimento de habilidades específicas que servem de base para aprendizagem no ambiente da sala de aula e para uma vida mais independente em todas as fases da educação.

A L.D.B. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional 9.394/1996, L.B.I. Lei Brasileira de Inclusão 13.146/2015 e o E.C.A. Estatuto da Criança e do Adolescente, leis que buscam soluções prioritariamente para o estudante, para que tenha inclusão e seu direito seja assegurado, visando à formação destes, de acordo com suas limitações, garantindo uma formação integral ou parcial.

No Brasil, anteriormente, não se investia no desenvolvimento de recursos financeiros para lidar com este público, continuamos caminhando e adequando a realidade com a lei de inclusão. O número de pessoas com deficiência também cresceu consideravelmente, conforme resultados divulgados pelo I.B.G.E. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 07/07/2023, aponta-se que Cerca de 18,6 milhões de pessoas de 2 anos ou mais de idade do país (ou 8,9% desse grupo etário) tinham algum tipo de deficiência. Os dados são do módulo Pessoas com deficiência, da Pnad Contínua 2022. Em 2022, 47,2% das pessoas com deficiência tinham 60 anos ou mais de idade. E no mundo, mais de 1 bilhão de pessoas tem algum tipo de deficiência física ou intelectual, sendo que 80% delas estão em países em desenvolvimento, de acordo com os dados da O.M.S. Organização Mundial de Saúde 2011.

É importante destacar algumas leis que fazem parte da Educação Básica do A.E.E. Atendimento Educacional Especial, Resolução CNE/CEB nº07 14/12/2010: artigos 41 e 42.

Assim como, a Lei nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, em especial os 1048 artigos 5, 6, 15, 16, 17, 18, 19 e 53.

Parágrafo único. Os recursos de acessibilidade são aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência e mobilidade reduzida, por meio da utilização de materiais didáticos, dos espaços, mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e outros serviços (BRASIL/ECA, 1990, p.9).

Pela lei, consideramos que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais e direitos e deveres individuais e coletivos e o direito à liberdade compreendida nos itens I ao VII do artigo16.

Os profissionais da educação precisam estar atentos a Constituição Federal Brasileira, ao P.N.E. Plano Nacional da Educação e ao E.C.A. Estatuto da Criança e do Adolescente, vale destacar o Artigo 53 que está diretamente relacionado ao ambiente educacional:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

I igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. (BRASIL/ECA, 1990)

Atentando-se ao processo de reabilitação da criança, do adolescente ou do adulto com deficiência, um conjunto de ações, que tem por objetivo fornecer o apoio para alcançar uma melhoria na comunicação e maior autonomia, respeitando os limites de cada um e favorecendo uma integração social, utilizando métodos de adaptação, suportes, dispositivos eletrônicos e tecnologia assistiva.

Tecnologia Assistiva - TA é um termo ainda novo, utilizado para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão. (BERSCH & TONOLLI, 2006)

A tecnologia assistiva utilizada no processo educacional promove o estímulo no desenvolvimento cognitivo, na escrita e na linguagem, e o que a educação pode trazer para crianças, adolescentes e adultos com alguma deficiência, promovendo socialização, autonomia e a independência em algumas atividades do cotidiano.

Os alunos com acesso ao Atendimento Educacional Especializado são aqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades e superdotação, mas temos estudantes com defasagem de aprendizagem que precisam de auxílios na Educação Especial. A partir do momento que se tem a inclusão desses alunos no âmbito educacional, há a necessidade de saber como adotar métodos para atender este público, ou seja, as atividades devem proporcionar a este público desenvolvimento cognitivo e motor, mesmo com as limitações e podemos desta forma, favorecer a inclusão dentro e fora do grupo escolar que também está inserido.

A Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015 Lei Brasileira de Inclusão, estabelece os direitos básicos das pessoas com deficiência. As pessoas com deficiência, antes mesmo de serem assim consideradas, são seres humanos que, deveriam obter do Estado, de seus familiares e como cidadão, direitos e garantias fundamentais que lhes são assegurados pela Constituição Federal, sejam eles direito à vida, liberdade, igualdade, não discriminação, acessibilidade, segurança, propriedade, educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência social.

De acordo com os apontamentos de Barbosa e Gomes é importante que todo Educador assuma todo e qualquer aluno:

[...] Enquanto os docentes não modificarem e redimensionarem sua prática profissional para ações mais igualitárias, isto é, não se posicionarem efetivamente como responsáveis

pelo ato de educar também alunos com necessidades educacionais especiais, o professor terá diante de si um obstáculo e não um estímulo para aproveitar todas as oportunidades de formação permanente. (BARBOSA; GOMES, 2006 p.8).

As parcerias com a família ou responsáveis e atuação do governo com as políticas públicas, as ações da equipe pedagógica com profissionais de outras áreas, promovendo um processo multiprofissional, fundamentais para o processo de Inclusão e desenvolvimento de todos os estudantes. Segundo Silva (2002), alerta quanto à tarefa prioritária da educação especial, que de acordo com a Constituição Federal do Brasil, até o momento, é de elevar o nível de competência técnica das pessoas com deficiência, promovendo inclusão social e se possível a inclusão no mercado de trabalho.

A formação docente para a Educação Inclusiva, ainda faz parte de uma perspectiva desafiante, os professores trazem dúvidas, receios, angústias e medo, e, muitas vezes se sentem incapazes de lidar com este público. Mesmo que a formação docente prepare ao longo do curso para uma educação diversificada, é preciso que o Ministério da Educação, estimule e incentive a formação continuada, incluindo com a prática na vivência para que os profissionais da educação, além do conhecimento científico tenha a vivência com este público para adquirir o conhecimento prático e entender o trabalho realizado pelo Professor no A.E.E. em todas as fases da educação

Para os profissionais da educação é preciso que reconheçam, que todos os estudantes são capazes de aprender, aprendizagem não somente ligada a conteúdos, mas a convivência social, aprenda com as percepções áudio visuais e sensitivas favorecendo com que a educação inclusiva seja construída com equidade na acessibilidade, rompendo barreiras sensoriais, atitudinais e físicas.

De acordo com Aranha e Silva:

[...] Pensar na Educação Inclusiva como uma possibilidade de construção de uma sala de aula melhor na quais alunos e professores sintam-se motivados a aprender juntos e respeitados nas suas individualidades, parece que realmente pode vir a ser um progresso na história da educação brasileira. (ARANHA, SILVA; 2005, p.4).

Este é o desafio de uma educação para todos, incluindo docentes e discentes para o ensino aprendizagem e para a convivência com a diversidade. A escola que no início da história, era destinada para a elite, atualmente se tornou popular, valorizando e promovendo as ações dos alunos, dos professores e de toda equipe pedagógica, de acordo com as necessidades de cada um, oferecendo condições de aprendizagem para todos.

O acesso à inclusão, analisando os movimentos sociais de lutas anteriores, era colocado em segundo plano, atualmente percebe-se que as intervenções por direitos e deveres continuam sendo pontuadas com a L.D.B. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional Brasileira 9394/96.

Neste contexto, cito Paulo Freire, argumenta que, no fundo, passa despercebido a nós que, foi aprendendo socialmente, que mulheres e homens, historicamente, descobriram que é possível ensinar, e faz a seguinte referência:

Se estivesse claro para nós que foi aprendendo que percebemos ser possível ensinar, teríamos entendido com facilidade a importância das experiências informais, nas ruas, nas praças, no trabalho, nas salas de aula das escolas, nos pátios dos recreios, em que variados gestos de alunos, de pessoal administrativo, de pessoal docente, se cruzam cheios de significação (FREIRE, 2002, p.49).

CONCLUSÃO

De acordo com os artigos estudados em várias fases da educação e em regiões diferentes do Brasil, o Atendimento Educacional Especializado A.E.E., precisa de parcerias, família, instituição educacional, outras áreas profissionais, intersetoriais, que favoreçam e buscam soluções para este público. Políticas públicas governamentais, para que esta inclusão seja realidade, é necessário fazer valer os pilares da Educação, aprender a conhecer, a fazer, a conviver e a ser, valorizando todo o contexto educacional, esses pilares são essenciais, são conceitos de fundamento da educação baseados no Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada por Jacques Delors.

O movimento social mundial para acontecer à integração das pessoas com deficiência 1051
iniciou no ano de 1981 o ano internacional da Pessoa com Deficiência, realizado pela O.N.U. Organização das Nações Unidas, durante este período o Brasil também ficou marcado por muitas lutas sociais que foram realizadas por uma população marginalizada, neste período aconteceu a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no Brasil, esses movimentos iniciaram na tentativa de promover igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência.

A inclusão educacional é um tema de extrema importância no contexto brasileiro, e a realidade da educação inclusiva nas instituições educacionais, especialmente no âmbito do Atendimento Educacional Especializado (AEE), demanda uma atenção especial. Através da revisão integrativa realizada, foi possível constatar avanços significativos, mas também desafios a serem superados. Sendo assim a Lei 13.146/2015 lei Brasileira de Inclusão, ajuda inserir a pessoa com deficiência na sociedade, promovendo grandes mudanças de acessibilidade em lugares públicos e privados, sendo importante exigir não somente das instituições educacionais, mas também das instituições de saúde, e de todo o local público que recebe a pessoa com deficiência uma atenção realmente eficiente para que a inclusão exista com acessibilidade sem barreiras atitudinais e arquitetônicas.

A inclusão está diretamente relacionada com o envolvimento social e acolhedor de uma instituição, oferecendo qualidade e igualdade de atendimento que serão vivenciadas pelas pessoas com deficiência e/ou responsáveis, diretamente ligada com a sua vida dentro da sociedade promovendo uma perspectiva voltada para o desenvolvimento.

De acordo com a revisão integrativa dos artigos apresentados, ficou evidente nas pesquisas apresentadas, que não basta o estudante com necessidades especiais de ensino e aprendizagem esteja incluso nas salas regulares de ensino, é preciso que ele (a) se sinta incluído (a) no processo e no ambiente de ensino e aprendizagem, de acordo com suas necessidades, especificidades e fragilidades, considerando que irá aprender e interagir respeitando seus limites.

Os resultados da revisão evidenciam a necessidade de fortalecer Políticas Públicas que promovam a inclusão efetiva de alunos com necessidades especiais, bem como a importância de investir na formação continuada de professores e na estruturação adequada das instituições de ensino. Além disso, é fundamental ressaltar a urgência de garantir o acesso equitativo à educação para todos os estudantes, independentemente de suas diferenças.

Diante disso, é crucial que a sociedade, juntamente com gestores educacionais e demais pessoas envolvidas neste contexto, se engaje ativamente na promoção de uma educação inclusiva e acessível. Somente através de esforços coletivos e da implementação efetiva de medidas inclusivas, será possível construir um ambiente escolar verdadeiramente acolhedor e igualitário para todos.

1052

A presente revisão integrativa oferece subsídios valiosos para reflexões e ações futuras, apontando caminhos para aprimorar o AEE e promover uma educação inclusiva mais eficaz no Brasil. A partir dessas considerações, espera-se que este estudo contribua para o avanço contínuo na busca por uma educação que valorize e respeite a diversidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M.L.; MILANESI, J.B.; MENDES E. G. A produção do conhecimento sobre atendimento educacional especializado: um estudo comparado nacional. Revista on line de Política e Gestão Educacional, v.22, n.1, pp395-409,2018. Acesso em: 27 ago. 2023.

ANACHC, A.A.; ROVETTO, S.S.M.; OLIVEIRA, R.A.; Desafios da implantação do atendimento educacional especializado no Ensino Superior. Revista Educacional Especial, v. 27, n. 49, pp299-311, 2014. Acesso em: 27 ago. 2023.

ARANHA, M.S. SILVA S.C. Interação entre professora e alunos em salas de aula com proposta pedagógica de educação inclusiva. Revista Brasileira de Educação Especial, v.11, n.3, p.4,2005.

BARBOSA, A; GOMES, C. Inclusão escolar do portador de paralisia cerebral: atitudes de professores do ensino fundamental. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v.12, n.1, p.8, 2006.

BASTOS, O.M.; DESLANDES, S.F. A experiência de ter um filho com deficiência mental: narrativas de mães. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 24 (9): 2141-2150, set, 2008.

BERSCH, R. Introdução à Tecnologia Assistiva. *Tecnologia e Educação*, Porto Alegre – R.S., 2013.

BRASIL. Deliberação Estadual nº 16/99 – CEE – Normas para elaboração do Regimento Escolar, de 12 de novembro de 1999, Estado do Paraná.

BRASIL Lei n. 8069-90. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91764/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-lei-8069-90#art-17> Acesso em: 6 mai. 2017.

BRASIL Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira L.D. B Art. 58. Educação Especial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 6 mai. 2017.

BRASIL Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 6 mai. 2017.

1053

BRASIL Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Lei que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1009.htm Acesso em: 27 jul. 2023.

BRASIL, Ministério da Educação <http://portal.mec.gov.br/programa-incluir> Acesso em: 07 set. 2023.

BRIANT, M.E.P.; OLIVER F.C. Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo estratégias e ações. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Relato de Pesquisa, Marília, v.18, n.1, p.141-154, Jan.- Mar., 2012.

DECHICHI, C.; FERREIRA, J.M.; SILVA, L.Z. (2012, P.24-26). Educação especial e inclusão educacional: discussões, práticas e depoimentos dentro das redes de ensino. Vol.6, Série: Novas pesquisas e relatos de experiências; Uberlândia: Edufu.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia - Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Editora Vozes; 1983.

Google Acadêmico Teoria de Lev Vygostky Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-T&as_sdt=0%2C5&q=lev+vygostky+teoria+em+portugu%C3%AAs&oq=lev+vygostky+#d=gs_qabs&t=1658942759283&u=%23p%3Dtyo50EwCDJ4J. Acesso em: 27 jul. 2023.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Acesso em: 07 set. 2023. Disponível em: <https://inep.gov.br>.

JUCÁ, W.G.; LACERDA, C.R. Desmistificação do atendimento educacional especializado da escola comum. *Revista de Estudos em Educação*, v. 24, p.1-23, 2022. Acesso em: 27 ago. 2023.

KLAUS, M.H.; KENNEL J.H.; KLAUS, P.H. Vínculo: Construindo as bases para um apego seguro e para a independência. Porto Alegre: Editora Artmed; 2000.

MATURANA, A.P.P., CIA, F., *Cia Educação Especial e a Relação Família - Escola: Análise da produção científica de teses e dissertações*. São Paulo 2014.

MENDONÇA, S., A. A. Educação Especial e Inclusão Educacional: Formação Profissional e Experiências em Diversos Contextos. *Revista Profissão Docente on line*: Uberaba, v.12, n. 25, p.126-130, jan/jun 2013.

MONTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: o que é? por que? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003 (Coleção Cotidiano Escolar).

MORAES, R.L. *Linguagens e suas Tecnologias. Ensino Médio Projetos integradores + Ação na Escola e na Comunidade*, São Paulo, v. único, p.11-26, 2020.

NOVA ESCOLA. São Paulo: Editor Abril, ano. 30, n. 284, ago.2015.

1054

Pesquisa Nacional de Saúde (P.N.S.) de 2019 Disponível em: <http://www.cnnbrasil.com.br/noticias/brasil-tem-mais-de17milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-segundo-ibge/> Acesso em: 27 jun. 2023.

Portal do Governo Brasileiro I.B.G.E. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 28 mar. 2024.

RODRIGUES, E. S. S. *A organização do tempo pedagógico no trabalho docente: relações entre o prescrito e o realizado. (Dissertação de Mestrado em Educação)*. Universidade Metodista de Piracicaba, 2009.

SCHIPPER, C. M., VESTENA, C. L. B., *Características do raciocínio do aluno deficiente intelectual à luz da Epistemologia Genética*. Paraná 2014.

Secretaria de Educação Especial – Ministério da Educação portal. mec.gov.br/secretaria-de-educacao-especial-sp-598129159 Acesso em: 25 fev. 2023.

SILVA, E.J.C., *Investigação clínico-epidemiológica em um modelo de educação inclusiva visando ao estudo de transtornos do desenvolvimento [Tese de Doutorado]*, Rio de Janeiro: Instituto Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz; 2002.

SILVA, C.M., SILVA, D.N.H., *Libras na educação de surdos: o que dizem os profissionais da escola?* Brasília – DF, outubro 2014.